



ESTADO DO PIAUI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
GABINETE DO PREFEITO

Lei Nº 132 /2013 São Miguel do Fidalgo – PI, 29 de junho de 2013.

“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014 e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Fidalgo - PI no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de São Miguel do Fidalgo - PI decreta, em eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Ficam estabelecidas, e cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de São Miguel do Fidalgo - PI, as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2014, compreendendo:

- As prioridades e as metas da administração pública municipal;
- A estrutura e organização dos orçamentos;
- As diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- As disposições relativas à dívida pública municipal;
- As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- As disposições sobre alteração na legislação tributária do Município para o exercício correspondente;
- As disposições finais.

CAPÍTULO II

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2º - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2014, às especificadas neste artigo e no documento “Anexo de Prioridades e Metas para 2014” as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2014, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria STN nº 471, de 31.08.04.

§ 2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

CAPÍTULO III

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 3º - O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo e dos seus Fundos.

Parágrafo Único - Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 4º - Para efeito desta lei, entende-se por:

I - PROGRAMA - O instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - ATIVIDADE - Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - PROJETO - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

IV - OPERAÇÃO ESPECIAL - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 5º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos órgãos do Município.

Art. 6º - O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município e no artigo 22, seus incisos e parágrafo único, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e será composto de:

- I - texto de lei;
  - II - consolidação dos quadros orçamentários;
  - III - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
  - IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- § 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:
- I. Do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
  - II. Do resumo da estimativa da receita total do município, por rubrica e categoria econômica e segundo a origem dos recursos;
  - III. Da fixação da despesa do Município por função e segundo a origem dos recursos;
  - IV. Da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos e segundo a origem dos recursos;
  - V. Da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elaborou a proposta;
  - VI. Da receita prevista para o exercício em que se elaborou a proposta;
  - VII. Da receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
  - VIII. Da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
  - IX. Da despesa fixada para o exercício em que se elaborou a proposta;
  - X. Da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;
  - XI. Da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica, segundo a origem dos recursos;
  - XII. Das despesas e receitas dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;
  - XIII. Da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;
  - XIV. Da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394/96, por órgão, detalhando fontes e valores por programas de trabalho e grupos de despesa;
  - XV. De aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico - FUNDEB, na forma da legislação que dispõe sobre o assunto;
  - XVI. Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação.
  - XVII. Da aplicação dos recursos de que trata a Emenda Constitucional nº 25;
  - XVIII. Da receita corrente líquida com base no art. 1º parágrafo 1º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF;
  - XIX. Da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29;
- Art. 7º - Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da

Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, expressa por categoria de programação, indicando-se, para cada uma, no seu menor nível de detalhamento:

- I - o orçamento a que pertence;
- II - o grupo de despesa a que se refere, obedecendo a seguinte classificação:
  - a) DESPESAS CORRENTES:
    - Pessoal e Encargos Sociais;
    - Juros e Encargos da Dívida;
    - Outras Despesas Correntes.
  - b) DESPESAS DE CAPITAL:
    - Investimentos;
    - Inversões Financeiras;
    - Amortização e refinanciamento da Dívida;
    - Outras despesas de Capital.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para a Elaboração e Execução dos Orçamentos e suas alterações

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária do Município de São Miguel do Fidalgo - PI, relativo ao exercício de 2014, deve assegurar a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio da transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos municípios às informações relativas ao orçamento.

Art. 9º - A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto e lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Art. 11 - Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º, e no inciso II do artigo 31, todos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

(Continua na próxima página)



ESTADO DO PIAUI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
GABINETE DO PREFEITO

§ 2º - No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais;

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

§ 4º - Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

I - redução de investimentos programados com recursos próprios.

II - Eliminação de despesas com horas - extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

IV - Eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;

V - redução de gastos com combustíveis;

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações de sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa, e com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao poder público municipal.

Art. 13 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será procedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320/64.

Art. 14 - Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 15 - Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias e fundos especiais se:

I. Houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II. Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III.

IV. Estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

V. Os recursos alocados destinam-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com o objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 16 - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 17 - A Lei Orçamentária deverá prever, o mínimo, de 2% (dois) de sua receita própria e transferências constitucionais para o Fundo Municipal de Assistência Social para empregar em ações finalísticas da área visando:

I - Atender as ações assistenciais de caráter de emergência e para o co-financiamento das ações previstas no Plano Municipal de Assistência Social;

II - Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com as organizações da sociedade civil;

III - Prestar os serviços assistenciais de caráter continuado que visem a melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social.

Art. 18 - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2014, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19 - O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 20 - O Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de São Miguel do Fidalgo -PI, até 03 de setembro de 2013, suas respectivas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 21 - A Lei Orçamentária poderá consignar em dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro entre da Federação.

Parágrafo Único - A realização da despesa somente poderá se efetivar desde que, comprovado o interesse público, tenha sido firmado convênio, acordo, ajuste ou congêneres, conforme sua legislação.

Art. 22 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

II - Sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e/ou municipais do ensino fundamental;

III - sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;

IV - Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT;

V - Sejam vinculada a preservação do meio Ambiente;

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2013 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio a entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas a entidades municipalistas das quais o Município for associado.

Art. 23 - A Lei Orçamentária para 2014 poderá autorizar o Poder Executivo através de Decreto, abrir créditos suplementares às dotações orçamentárias que se tornaram insuficientes, no limite de 50% (cinquenta) por cento da receita prevista, utilizando os recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64 podendo, ainda efetuar a transposição de dotação, remanejamento ou a transferência do recurso de uma categoria de programação para outra, e de um órgão para outro, ou de um elemento de despesa para outro, entre as diversas funções de governos e unidades orçamentárias durante a execução orçamentária, e designar o órgão responsável pela contabilidade e controle interno para movimentar as dotações a elas atribuídas.

§ 1º As destinações de recursos, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

§ 2º O excesso de arrecadação verificado em cada fonte de recurso poderá ser utilizado para suplementação por Decreto do Poder Executivo.

Art. 24 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§1º Os créditos adicionais aprovados serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

#### CAPÍTULO V

##### Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 25 - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência Social e própria.

Art. 26º - O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária Anual poderá conter demonstrativo especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos financiados por estes recursos.

Art. 27 - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de créditos por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101/2000.

#### CAPÍTULO VI

##### Das Disposições Relativas às Despesas do Município Com Pessoal e Encargos

Art. 28 - No exercício financeiro de 2014, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 29 - Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2014 somente poderão ser admitidos servidores se:

I - Houver Lei autorizativa;

II - existirem cargos vagos a preencher;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

IV - Forem observados os limites previstos no artigo anterior;

V - for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 30 - O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas as regras do Art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101/00.

§ 1º - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados de manifestação da Secretaria de Administração e Finanças, em suas respectivas áreas de competência.

§ 2º - O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 31 - A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo Art. 17, da Lei Complementar nº 101.

(Continua na próxima página)



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Art. 32 – Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviços extraordinários somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente aos voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único – A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Finanças.

Art. 33 – No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivos e Legislativos, estabelecidos no Art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reequilíbrio no prazo máximo de dois quadrimestres:

- I – Eliminação de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- II – Exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- III – Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- IV – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 34 – Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, a adoção das medidas de que tratam os parágrafos 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 35 – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, os pagamentos de horas-extras ficam restrito a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

Parágrafo único – No exercício de 2014 a despesa com pessoal poderá ser acrescida de até 25% (Vinte e cinco por cento) devido a reajuste salarial em virtude de perdas salariais de exercícios anteriores e atualização do piso salarial.

Art. 36 – com o objetivo de valorizar o princípio da impessoalidade na Administração Pública, poderá ser realizado concurso público nas áreas da saúde, educação, assistência Social e Administração, obedecendo às necessidades e vagas definidas em Lei.

**CAPÍTULO VII**

**Das Disposições sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária**

Art. 37 – O Município deverá implantar a Dívida Ativa do Município de natureza tributária e não tributária.

Art. 38 – A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2014 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração do

emprego dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 39 – A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - Atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação a progressividade deste imposto;
- III – Revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal.
- IV – Revisão na Legislação sobre Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;
- V – Revisão da Legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- VII – Revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – Revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

Art. 40 – Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse o objeto de projeto de lei que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

**CAPÍTULO VIII**

**Das Disposições Finais**

Art. 41 – É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 42 – O Poder Executivo deverá realizar estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade Orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 43 – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Art. 44 – Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de Decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de

Execução mensal de desembolso, nos termos do disposto no artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 45 – O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 46 – São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesa sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 47 – A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único – Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 48 – Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2014, a despesa, decorrente de ação governamental nova, será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário- financeiro no exercício não ultrapassar, para bens e serviços os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei 8.666/93, devidamente atualizados.

Art. 49 – Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2013, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

- I – pessoal e encargos sociais;
- II – pagamento do serviço da dívida;
- III – transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos e
- IV – Saúde e Assistência Social de caráter urgente.

Art. 50 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO - PI  
São Miguel do Fidalgo - PI, 29 de junho de 2013.

  
**CRISTOVÃO DIAS DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

**ANEXO DE PRIORIDADES E METAS PARA 2014**

Estamos iniciando um mandato, apreendendo a lidar com as adversidades que a máquina pública apresenta, poucos recursos e muito trabalho, portanto, as prioridades e metas para 2014 é a continuidade das de 2013, porque há muito o que se fazer e um ano é pouco, principalmente para o nosso Município que necessita de grandes mudanças.

O Presente documento, elaborado para dar cumprimento ao disposto no § 2º, do art. 165, da Constituição Federal, integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, sendo o seu conteúdo destinado a orientar a elaboração do Orçamento do exercício.

Orientações para o desenvolvimento de programas de gestão de políticas públicas e de produção de serviços para a própria Administração Municipal durante o exercício de 2014, dando suporte às suas ações finalísticas.

**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

- Equilibrar as finanças do Município pelo aumento das receitas e pela contenção das despesas, sem prejuízo dos serviços públicos essenciais;
- Elaborar continuamente propostas para captação de transferências ou financiamento, bem como celebrando convênios com órgãos públicos;
- Manter atualizado o cadastro mobiliário e imobiliário;
- Aperfeiçoar a estrutura administrativa. Coordenação mais produtiva dos programas previstos, redução das despesas de custeio, desenvolver programas de modernização dos serviços, de treinamento de pessoal e de informatização dos procedimentos, adequando-se às exigências atuais.
- Realizar concurso público, capacitar e valorizar os recursos humanos da municipalidade;
- Elaborar a Lei do Plano diretor de Desenvolvimento Físico e Territorial do Município;
- Planejamento Participativo no Município envolvendo toda a comunidade na Elaboração do Orçamento Público.

**AGRICULTURA**

- Apoiar a instalação e desenvolvimento de pequenas empresas, como forma de maior agregação de valor, empregos e tributos; bem como, formalizar as já existentes.
- Adensar as cadeias produtivas especialmente concentradas em produtos agro-industriais ou manufatureiros;
- Dinamizar novas oportunidades agro-industriais, principalmente na apicultura e cajucultura com distribuição de mudas;
- Oferecer assistência técnica e desenvolver trabalhos de extensão rural junto as unidades de produção agropecuária e a família rural, bem como apoiar o desenvolvimento de projetos de outras esferas de governo;
- Apoiar as lavouras temporárias com limitações, hortigranjeiros nas várzeas; pequenos animais e pecuários bovinos e caprinos;
- Combater o trabalho infantil e degradante, promover, na medida da competência municipal, a assistência ao trabalhador;
- Buscar parceria com o SEBRAE para proporcionar cursos profissionalizantes para as pessoas de baixa renda e incentivar o pequeno Produtor.

(Continua na próxima página)



**ESTADO DO PIAUI**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO**  
**GABINETE DO PREFEITO**

- Apoiar e incentivar os programas de comercialização, incluindo feira-livre, hortas escolares, caseiras e comunitárias.
- Adquirir instrumentos para equipar, reformar e ampliar a rede física de serviços públicos;
- Apoio ao melhoramento genético dos rebanhos de caprinos e ovinos através de feiras e pequenas exposições;
- Apoiar a criação de pequenas hortas familiares com distribuição de mudas e sementes;
- Apoiar a Regularização de propriedades rurais;

**SAÚDE**

- Manter ações de saúde individual: consulta médica e consulta odontológica e Coletiva: vigilância sanitária, epidemiológica e saneamento básico.
- Adquirir e distribuir medicamentos básicos, satisfazendo as necessidades da população e das ações de saúde em geral;
- Capacitar os agentes comunitários de saúde com cursos e palestras;
- Facilitar o acesso da equipe do PSF a zona rural do município de difícil acesso.
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Reduzir a mortalidade geral, segundo as causas de maior incidência, através de campanhas, programas de diagnósticos e afins;
- Aumentar a resolutividade dos serviços de urgência e emergência através com a implantação de Serviços do SAMU.
- Cumprimento do plano de saúde;
- Adquirir veículo para facilitar o deslocamento de urgência do Município a outros pólos de saúde;
- Implantar as Campanhas de Educação na área da Saúde.
- Apoio à população de baixa renda em tratamento de saúde na Cidade de Teresina, com a Casa de Apoio.
- Manter programa de atendimento a gestante.
- Aquisição de Veículo.

**OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- Melhoria Sanitária Domiciliar;
- Expansão da malha viária municipal;
- Melhorar e ampliar os serviços de pavimentação, restauração e sinalização facilitando as condições de trafegabilidade;
- Manter e aprimorar os serviços de abastecimento de água, coleta e deposição final de esgotos sanitários.
- Aquisição de terrenos para a municipalidade;
- Construção/Reforma/Ampliação de prédios públicos.
- Construir casas populares, destinadas a população de baixa renda com parcerias com o Governo Federal – Minha Casa, Minha Vida;
- Reduzir o déficit quantitativo e qualitativo de habitação e saneamento com a Melhoria Habitacional;
- Adquirir veículos, máquinas e equipamentos para execução de serviços públicos municipais;
- Fiscalizar e melhorar a execução do contrato de disposição de resíduos no aterro sanitário;
- Construção de abatedouro Municipal;
- Construção de Matadouro Público;
- Construção de um centro de lazer;
- Realização de estudo geológica e geotécnica para perfuração de poços tubulares;
- Recuperação e manutenção dos poços existentes no município;
- Construção e recuperação de passagens molhadas e sistema de drenagens nas estradas vicinais;
- Buscar parceria para o uso de máquinas pesadas: caçamba, Pá carregadeira, Trator D-8.
- Arborização das ruas, vilas, bairros da sede e povoados;
- Agilizar a ampliação de eletrificação rural e urbana;
- Buscar parceria com a Cepisa para combate e prevenção de "gambiarra" na cidade;
- Buscar parceria com a ANATEL para aumentar a oferta de telefones públicos em todo o município.
- Buscar parceria para a construção de aterro sanitário;
- Buscar parceria para o combate ao barbeiro que transmite a doenças de Chagas;
- Adequar todos os prédios públicos em condições de acesso para pessoas com necessidades especiais;
- Reestruturar os Cemitérios Públicos;
- Construção e Iluminação de Avenidas;
- Urbanização de vias de acesso a Cidade e zona rural

**EDUCAÇÃO**

- Ampliar a oferta de vagas na pré-escola, no ensino fundamental e EJA através do FUNDEB;
- Municipalizar crescentemente o ensino, formar quadros docentes; buscar uma escola pública de qualidade para todos;
- Garantia de Padrões Básicos de Funcionamento Escolar, ampliando, reformando e construindo Unidades Escolares, incluindo creches com parcerias com o FNDE;
- Qualidade da Informação e de Avaliação Educacional;
- Desenvolvimento Profissional dos Docentes da Educação básica;
- Informatização das Escolas públicas, através de parceria com o PROINFO/MEC;
- Dar continuidade ao programa de transporte escolar para alunos das zonas rural, inclusive ampliando a frota com carros próprios do Município e o atendimento;
- Adquirir e distribuir merenda escolar entre os alunos do ensino infantil, EJA e fundamental, a fim de incentivar e melhorar a frequência e o aprendizado;
- Buscar e participar de eventos esportivos entre as escolas da rede Municipal e Estadual.
- Apoiar o Pólo da UAB (Universidade Aberta do Brasil)
- Adequar os prédios escolares para pessoas portadoras de necessidades especiais.
- Capacitação de professores;
- Aperfeiçoar o transporte Escolar
- Aquisição de veículo automotor

**ESPORTE**

- Democratizar a prática do Esporte;
- Valorizar o esporte comunitário como fenômeno social;
- Valorizar o esporte estudantil como formador do indivíduo-cidadão, apoiar as escolas na realização de jogos e na formação de recursos humanos;
- Construção de Quadras de Esporte e Equipamentos;
- Construção/ Reforma de Ginásio Poliesportivo;
- Adquirir material esportivo para distribuição gratuita para incentivar o esporte amador; e prestar apoio, se necessário às entidades incentivadoras das atividades esportivas, criando o espírito de coletividade e competição, necessárias a formação de atletas municipais;
- Término de Estádio Municipal;
- Revitalização e criação de campos de futebol na zona rural do Município;
- Construção de Parques Recreativos (feiras/vaquejadas/eventos etc).

**CULTURA**

- Democratizar o acesso a Cultura, no que se refere aos meios de produção e espaços culturais, com incentivos as festas típicas, Garantindo despesas com eventos (festejos, Aniversário da Cidade e demais datas comemorativas);
- Implantação da Política de preservação do Meio Ambiente;
- Incentivo a criação de grupos artísticos e culturais locais;

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**


- Criar mecanismos para proteção integral, a partir do Estatuto (Lei 8.069/92), conjugando: (I) Políticas Sociais Básicas; (II) Assistência Social; (III) Proteção Especial; e (IV) Garantia de Direitos;
- Desenvolver cooperação entre Executivo, demais poderes e sociedade civil para serviços sócio-educativos e prevenção jurídico-legal;
- Mapear organizações e entidades supridoras de recursos;
- Combater a exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes e do trabalho infantil;
- Implementar campanhas educativas relacionadas a crianças e adolescentes em situação de risco (violência, prostituição, uso de drogas e exploração no trabalho)
- Implantar programa local de amparo às Crianças Carentes.
- Manter atualizado os cadastros das pessoas carentes do Município.
- Equipar o Conselho Tutelar e facilitar as visitas dentro do Município.
- Implantar programa local de amparo aos Idosos e Portadores de necessidades especiais.
- Distribuir alimentos a segmentos sociais carentes quando o Município decretar calamidade;
- Agilizar a identificação de comunidades pobres;
- Dar cumprimento aos planos de Assistência Social e de Saúde;
- Promover manutenção dos Programas de Assistência já existentes;
- Reforçar os programas de assistência social, na prevenção de situações conflituosas e na promoção de soluções de auto-sustentação dos segmentos vulneráveis;
- Incentivar e fomentar o associativismo e cooperativismo e outras modalidades de organizações voltadas ao desenvolvimento econômico do município.
- Adquirir veículo para o deslocamento da Assistente Social em visitas a Zona Rural;
- Criar o Espaço Cidadão (emissão de documentos para famílias carentes);
- Implantação do Centro de Convivência de idosos;
- Criação de Banda Marcial/Coral (adolescentes e jovens)
- Criação de uma Loja de Produtos Artesanais para venda dos produtos produzidos nos cursos oferecidos no Município.
- Distribuição de enxoval para crianças carentes recém-nascidas;

**Segurança Pública**

- Acesso à Justiça
- Direitos Cívicos

Implantação da vigilância municipal;  
Fazer parceria com a Secretaria de Segurança Pública para fortalecer a segurança dentro do Município.  
Fortalecer o Controle Interno do Município.

São Miguel do Fidalgo – PI, 28 de junho de 2013.

  
CRISTÓVÃO DIAS DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

(Continua na próxima página)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS E PREVIDÊNCIAS

2014

ARF (LRF, art.4 § 3) R\$ 1,00

Riscos Fiscais		Providências	
DESCRIÇÃO	valor	DESCRIÇÃO	valor
Condenações Judiciais Juros Orçados a Menor Realização de despesas não passíveis de previsão em decorrência de situação de emergência ou de calamidade pública (seca, estiagem, surtos epidêmicos)	50.000,00	redução das despesas de manutenção do Gabinete do Prefeito e da utilização da Reserva de Contingencia	65.000,00
Aumento do salário Mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal	45.000,00	Abertura de crédito adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesa discricionárias	30.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>95.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>95.000,00</b>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS  
2014

AMF - DEMONSTRATIVO I - LRF, art. 4º, § 1º R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(a/PIB) x 100	Corrente (b)	Constante	(b/PIB) x 100	Corrente (c)	Constante	(c/PIB)x100
Receita Total	9.277.100	8.877.608		10.529.286	9.642.203		11.950.486	10.473.695	
Receitas Primárias (I)	9.220.643	8.823.581		10.478.089	9.595.320		11.892.379	10.422.769	
Receita de Aplicações Financeiras	22.408	21.443		25.433	23.290		28.866	25.299	
Receita de Operações de Crédito	11.350	10.861		12.882	11.796		14.620	12.814	
Receita de Privatizações/Alienação de Ativos	11.350	10.861		12.882	11.796		14.620	12.814	
Receita de Amortiz. De Empr. Financ., Refinan.	11.350	10.861		-	-		-	-	
Despesa Total	9.277.100	8.877.608		10.529.286	9.642.203		11.950.486	10.473.695	
Despesas Primárias (II)	9.098.909	8.707.090		10.327.043	9.456.999		11.720.945	10.272.520	
Juros e Encargos da Dívida	7.945	7.603		9.017	8.258		10.234	8.970	
Amortização da Dívida	170.246	162.915		193.226	176.946		219.306	192.205	
Concessão de Empréstimos	-	-		-	-		-	-	
Aquisição de títulos de Cap. Já Integralizados.	-	-		-	-		-	-	
Resultado Primário (III) = (I - II)	121.733	116.491		151.046	138.321		171.434	150.249	
Resultado Nominal	113.789	108.889		142.029	130.063		161.200	141.279	
Dívida Pública Consolidada	170.246	155.903		193.226	169.348		219.306	192.205	
	-	-		-	-		-	-	

FONTE:

NOTAS

OS VALORES A PREÇOS CORRENTES ENTÃO PROJETADOS CONSIDERANDO UMA INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL DE 4,5% E CRESCIMENTO DE ARRECADAÇÃO DE TRANF. CONSTITUCIONAIS OS VALORES A PREÇOS CONSTANTES ESTÃO DEFLACIONADOS.

O PIB CONSIDERADO É O MESMO ADOTADO PELO GOVERNO FEDERAL.

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016
ÍNDICE DE CRESCIMENTO	13%	13%	13%
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL	4,5	4,5	4,5

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes		
2014	valor corrente/1,045	
2015	valor corrente/1,092	
2016	valor corrente/1,141	

PIB - OS VALORES DO %PIB NÃO FORAM PREENCHIDOS SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES CONSTANTES NO MANUAL DE ELABORAÇÃO O ANEXO DE METAS FISCAIS 7ª EDIÇÃO, DISPONÍVEL

NO SITE DO STN NO ENDEREÇO: <http://www.stn.fazenda.gov.br>

INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL projetada pelo Banco Central levando em consideração o índice IPCA. Disponível no endereço eletrônico:

<http://www.bcb.gov.br> (valor repetido para os anos posteriores por não haver projeção, conforme orientações constantes no Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais 7ª edição.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2014

DEMONSTRATIVO II - LRF, art. 4, § 2, INCISO I						R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	Metas prevista 2012	% PIB	metas realizadas 2012	% PIB	VARIÇÃO		
					VALOR @=(b-a)	% (c/a)x100	
Receita Total	7.984.600		7.186.510		(798.090)	(10)	
Receita de Aplicações Financeiras	28.000		13.961		(14.039)	(50)	
Receita de Operações de Crédito	15.000		-		(15.000)		
Receita de Privatizações/Alienação de Ativos	20.000		-		(20.000)	-	
Receita de Amortiz. De Empr. Financ., Refinan.					-		
<b>Receita Primária ( I )</b>	<b>7.921.600</b>		<b>7.172.549</b>		<b>(749.051)</b>	<b>(9)</b>	
Despesa Total	7.984.600		6.952.055		(1.032.545)	(13)	
Juros e Encargos da Dívida	2.000		129		(1.871)		
Amortização da Dívida	140.000		203.145		63.145	45	
Concessão de Empréstimos					-		
Aquisição de títulos de Cap. Já Integralizados.					-		
<b>Despesas Primárias ( II )</b>	<b>7.842.600</b>		<b>6.748.780</b>		<b>(1.093.820)</b>	<b>(14)</b>	
Resultado Primário ( III ) = ( I ) - ( II )	79.000		423.769		344.769	436	
Resultado Nominal	77.000		423.639		346.639	450	
Dívida Pública Consolidada (precatórios+op.credito+Rest a pagar)						-	
Dívida Consolidada Líquida (DPC - DISPONIVEL)	-		-		-		
<b>FONTE: ORÇAMENTO E BALANÇO GERAL DE 2012</b>							

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2014

AMF- DEMONSTRATIVO III- LRF, art. 4, § 2, INCISO II												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES												
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%		
Receita Total	-	7.984.600	#DIV/0!	8.383.830	0,05	9.277.100	11%	10.529.286	13%	11.950.486	13%		
Receita de Aplicações Financeiras	-	28.000	#DIV/0!	19.744	-29%	22.408	13%	25.433	13%	28.866	13%		
Receita de Operações de Crédito	-	15.000		10.000	-33%	11.350		12.882		14.620			
Receita de Privatizações/Alienação de Ativos	-	20.000	#DIV/0!	10.000	-50%	11.350		12.882		12.882			
Receita de Amortiz. De Empr. Financ., Refinan.													
<b>Receita Primária ( A )</b>	-	<b>7.921.600</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>8.344.086</b>	<b>5%</b>	<b>9.231.992</b>	<b>11%</b>	<b>10.478.089</b>	<b>13%</b>	<b>11.894.118</b>	<b>14%</b>		
Despesa Total	-	7.984.600	#DIV/0!	8.383.830	5%	9.277.100	11%	10.529.286	13%	11.950.486	13%		
Juros e Encargos da Dívida	-	2.000	0%	7.000	250%	7.945	13%	9.017	13%	10.234	13%		
Amortização da Dívida	-	140.000	#DIV/0!	150.000	7%	170.246	13%	(193.226)	-213%	219.306	-213%		
Concessão de Empréstimos													
Aquisição de títulos de Cap. Já Integralizados.													
<b>Despesa Primária ( B )</b>	-	<b>7.842.600</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>8.226.830</b>	<b>5%</b>	<b>9.098.909</b>	<b>11%</b>	<b>10.713.494</b>	<b>18%</b>	<b>11.720.945</b>	<b>9%</b>		
Resultado Primário ( C ) = ( A ) - ( B )	-	79.000		117.256		133.083		(235.405)		173.173			
Resultado Nominal	-	77.000		110.256		125.138		(244.422)		162.938			
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (I)	-	140.000				170.246		(193.226)		219.306			
(-) Disponibilidade Financeira (II)													
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (II) = I - II	-	140.000				170.246		(193.226)		219.306			
<b>FONTE: LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA</b>	2011	2012	2013										

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	-	7.984.600	#DIV/0!	8.022.804	0%	8.877.608	11%	9.642.203	9%	10.473.695	9%
Receita de Aplicações Financeiras	-	28.000	#DIV/0!	18.893	-33%	21.443	13%	23.290	9%	25.299	9%
Receita de Operações de Crédito	-	15.000	#DIV/0!	9.569	-36%	10.861		11.796		12.814	
Receita de Privatizações/Alienação de Ativos	-	20.000	#DIV/0!	9.569	-52%	10.861	13%	11.796	9%	12.814	
Receita de Amortiz. De Empr. Financ., Refinan.											
<b>Receita Primária ( A )</b>	-	<b>7.921.600</b>	<b>#DIV/0!</b>	<b>7.984.772</b>	<b>1%</b>	<b>8.834.442</b>	<b>0%</b>	<b>9.607.116</b>	<b>0%</b>	<b>10.422.769</b>	<b>8%</b>
Despesa Total	-	7.984.600	#DIV/0!	8.022.804	0%	8.877.608	11%	9.642.203	9%	10.473.695	9%
Juros e Encargos da Dívida	-	2.000	0%	6.699	235%	7.603	13%	8.258	9%	8.970	9%
Amortização da Dívida	-	140.000	#DIV/0!	143.541	3%	162.915	13%	176.946	9%	192.205	9%
Concessão de Empréstimos					0%						
Aquisição de títulos de Cap. Já Integralizados.											
<b>Despesa Primária ( B )</b>	-	<b>7.842.600</b>		<b>7.872.565</b>		<b>8.707.090</b>		<b>9.456.999</b>		<b>10.272.520</b>	<b>9%</b>
Resultado Primário ( C ) = ( A ) - ( B )	-	79.000		112.207		127.352		150.117		150.249	
Resultado Nominal (RP+JR-JP)	-	77.000		105.509		119.750		141.860		141.279	
Dívida Pública Consolidada	-	140.000		143.541		162.915		176.946		192.205	
(-) Disponibilidade Financeira											
Dívida Consolidada Líquida	-	140.000		143.541		162.915		176.946		192.205	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2014

DEMONSTRATIVO IV - LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio / Capital	-		-		-	0%
Reservas						
Resultado Acumulado						
<b>TOTAL</b>	-	0%	-	0%	-	0%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
<b>TOTAL</b>						

SEM MOV

FONTE: BALANÇO GERAL EXERC: 2010 2011 2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS  
2014

DEMONSTRATIVO V - Tabela 5 - LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012	2011	2010
<b>RECEIT. CAPITAL-ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)</b>	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	0	-
Alienação de Bens Imóveis			

DESPESAS EXECUTADAS (DESP. LIQ+RESTOS A PAGAR NÃO PROC COM REC ALIENAÇÃO)	2012	2011	2010
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)</b>	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	-	-	-
<b>DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS</b>	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0		
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0		

SALDO FINANCEIRO	2012	2011	2010
<b>FONTE: BALANÇO GERAL DOS EXERCÍCIOS:</b>	-	-	-

Nota:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXOS DE METAS FISCAIS**

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIARIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**2014**

<b>DEMONSTRATIVO VI LRF, art. 4º, § 2º, Inciso IV, alínea a</b>			
	RS 1,00		
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	2010	2011	2012
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES</b>			
Receita de Contribuições			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial			
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos			
Receita Patrimonial			
Outras Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL – RPPS</b>			
<b>REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO – RPPS</b>			
<b>OUTROS APORTES AO RPPS</b>			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)</b>			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	2010	2011	2012
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>			
Pessoal Civil			
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
<b>RESERVA DO RPPS</b>			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)</b>			
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I – II)</b>			
<b>SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS</b>			

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
2014

DEMONSTRATIVO VII LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA  
2014

Tabela 8 - LRF, art. 4º, § 2º, inciso V R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFÍCIOS	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
sem movimento						
TOTAL						

FONTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXOS DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2014

Tabela 9 - LRF, art. 4º, § 2º, inciso V R\$

EVENTOS	2014
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	-
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
sem movimento	
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	-

FONTE:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO FIDALGO**

ANEXO DE METAS FISCAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA – LDO 2014

EXERCÍCIO

2014

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

1 - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas

As metas anuais de receitas da Prefeitura foram calculados a partir das seguintes receitas orçamentárias:

## RECEITA

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADOS			Índice cresc. 3 ANOS	PREVISÃO -R\$ mil			
	2010	2011	2012		2013	2014	2015	2016
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>5.521.989</b>	<b>7.440.488</b>	<b>6.468.294</b>	<b>8,55%</b>	<b>7.815.989</b>	<b>8.843.964</b>	<b>9.810.691</b>	<b>11.134.899</b>
Receita Tributária e outros	171.817	133.016	100.880	-20,64%	293.456	333.066	378.022	429.045
Receita Patrimonial	5.098	19.431	13.961	86,94%	19.744	22.408	25.433	28.866
Transferências Correntes	5.330.131	7.225.893	6.351.452	9,58%	7.481.845	8.491.714	9.637.891	10.938.775
Transf. Intragovernamentais	5.330.131	7.225.893	6.351.452	9,58%	7.281.845	8.264.719	9.380.257	10.646.366
Transf. De Convênios				0,00%	200.000	228.995	257.634	292.408
Outras receitas Correntes	14.944	62.148		-50,00%	20.944	23.771	26.979	30.821
dedução para o FUNDEB		(962.040)		0,00%		-	-	-
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>136.894</b>	<b>-</b>	<b>720.217</b>	<b>213,06%</b>	<b>567.841</b>	<b>633.136</b>	<b>718.594</b>	<b>815.587</b>
Operações de Crédito				0,00%	10.000	11.350	12.882	14.620
Amortização de Empréstimos				0,00%		-	-	-
Transf. Convenios (federal e Estadual)	136.894		720.217	213,06%	547.841	621.786	705.713	800.967
Alienação de Bens				0,00%	10.000	11.350	12.882	14.620
<b>TOTAL</b>	<b>5.658.884</b>	<b>6.478.448</b>	<b>7.188.510</b>	<b>13,50%</b>	<b>8.383.830</b>	<b>9.277.100</b>	<b>10.529.286</b>	<b>11.950.486</b>
margem de expansão								

2. A Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas Orçamentárias:

CATEGORIA ECONOMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	REALIZADOS			Índice 3 anos	PREVISTO			
	2010	2011	2012		2013	2014	2015	2016
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>4.994.736</b>	<b>5.594.998</b>	<b>6.297.101</b>	<b>13%</b>	<b>6.245.261</b>	<b>7.388.221</b>	<b>8.385.453</b>	<b>9.517.288</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.362.301	2.911.193	3.128.596	16%	3.050.256	3.761.967	4.269.742	4.846.055
Juros e Encargos da Dívida	81,15	2.414	129	30%	7.000	7.945	9.017	10.234
Outras Despesas Correntes	2.632.354	2.681.391	3.168.375	10%	3.188.005	3.618.309	4.106.694	4.660.998
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>242.763</b>	<b>971.805</b>	<b>654.954</b>	<b>85%</b>	<b>2.072.569</b>	<b>1.670.246</b>	<b>1.895.689</b>	<b>2.151.562</b>
Investimentos	158.959	506.711	451.809	92%	1.922.569	1.500.000	1.702.464	1.932.256
Inversões Financeiras		295.399		0%		-	-	-
Amortização da Dívida	83803,97	169.695	203.145	71%	150.000	170.246	193.226	219.306
RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0%	66.000	218.633	248.143	281.637
<b>TOTAL</b>	<b>5.237.499</b>	<b>6.566.803</b>	<b>6.952.055</b>	<b>16%</b>	<b>8.383.830</b>	<b>9.277.100</b>	<b>10.529.286</b>	<b>11.950.486</b>

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2011	2010
Patrimônio / Capital			

RECEITAS ESPECIFICAÇÃO	PREVISTAS		
	2010	2011	2012
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>5.337.800</b>	<b>-</b>	<b>6.909.600</b>
Receita Tributária E OUTROS	165.000		344.000
Receita Patrimonial	19.000		28.000
Transferências Correntes	5.140.300		6.533.300
Transf. Intragovernamentais	5.088.400		6.477.400
Transf. De Convênios	51.900		55.900
Outras receitas Correntes	13.300		4.300
dedução para o FUNDEB			
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>630.000</b>	<b>-</b>	<b>1.075.000</b>
Operações de Crédito	15.000		15.000
Amortização de Empréstimos			
Transf. Convenios (federal e Estadual)	595.000		1.040.000
Alienação de Bens	20.000		20.000
<b>TOTAL</b>	<b>5.967.800</b>	<b>-</b>	<b>7.984.600</b>

## TOTAL DE DESPESAS

CATEGORIA ECONOMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISTAS		
	2010	2011	2012
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>4.722.600</b>	<b>-</b>	<b>5.950.100</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.183.000		2.966.200
Juros e Encargos da Dívida	2.000		2.000
Outras Despesas Correntes	2.537.600		2.981.900
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.245.000</b>	<b>-</b>	<b>1.974.500</b>
Investimentos	1.105.000		1.834.500
Inversões Financeiras			
Amortização Financeira	80.000		140.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000		60.000
<b>TOTAL</b>	<b>5.967.600</b>	<b>-</b>	<b>7.984.600</b>